

# **Diretórios Municipais na Eleição para a Câmara dos Vereadores: Evidências das disputas no Brasil.**

Veiga Luciana, Rodrigo Mayer Rodrigo Mayer y Babireski Flávia Roberta.

Cita:

Veiga Luciana, Rodrigo Mayer Rodrigo Mayer y Babireski Flávia Roberta (2010). *Diretórios Municipais na Eleição para a Câmara dos Vereadores: Evidências das disputas no Brasil*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/698>

## **Como a avaliação positiva com o governo local influencia a eleição para prefeito: Evidências Brasil, 2008.**

Luciana Fernandes Veiga

Sandra Avi dos Santos

Daniela Silva Neves<sup>1</sup>

### **Introdução**

No Brasil, nas eleições municipais de 2008, vinte prefeitos de capitais dentre os 27 estados de todo o país se candidatam à reeleição ao cargo: treze saíram vitoriosos ainda no primeiro turno da disputa, após conseguirem no mínimo 50% dos votos mais um; sete conseguiram se reeleger no segundo turno e apenas um não obteve sucesso no pleito. A reeleição<sup>2</sup> do prefeito no Brasil é o tema desta comunicação.

O objetivo é identificar a importância da avaliação positiva da administração municipal e da rejeição ao prefeito e ao seu principal adversário na decisão do voto. Como exemplo, o prefeito de capital mais bem avaliado no início da disputa era Beto Richa (PSDB), de Curitiba, com 77% de aprovação de sua administração e apenas 7% de rejeição à sua imagem. Ao final do pleito, conseguiu se reeleger ainda no primeiro turno. O mandatário de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM), iniciou o pleito com apenas 32% de avaliação positiva de sua gestão e 27% de rejeição. No decorrer do primeiro turno, fez crescer a aprovação de sua gestão em 14 pontos e reduziu a rejeição em três pontos junto ao eleitorado. A partir desta taxa de avaliação positiva, o prefeito foi reeleito, após disputar o segundo turno. Já Manaus, capital em que o candidato prefeito, Serafim Corrêa (PSB), não conseguiu a reeleição, a taxa de satisfação com a gestão

---

<sup>1</sup> Luciana Fernandes Veiga é professora do Departamento de Ciências Sociais e vice-coordenadora do Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora colaboradora do Doxa-IUPERJ. Sandra Avi dos Santos e Daniela Silva Neves são mestrandas do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFPR. As autoras são integrantes do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política & Opinião Pública – UFPR.

As autoras agradecem a Diretora do Instituto Ibope Márcia Cavallari por ter liberado o acesso aos bancos de dados das eleições 2008 para as pesquisadoras para a elaboração deste paper.

<sup>2</sup> O direito a reeleição foi introduzida no Brasil em 1997 através da Emenda Constitucional de nº16, que diz que : “§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.”

municipal era de 19% e a sua rejeição chegava a 50% em agosto. No decorrer do primeiro turno, Serafim Corrêa conseguiu aumentar a taxa de aprovação de sua gestão para 40,7% e reduziu a sua rejeição em 4 pontos. Tal desempenho possibilitou que ele chegasse ao segundo turno. No entanto, não venceu a disputa contra Amazonino Mendes.

De acordo com a teoria da racionalidade do voto, o eleitor age como um juiz, isto é, se ele avalia que o atual governante está tendo um *desempenho positivo* junto ao seu mandato, tende a votar pela sua continuidade. No entanto, se o mesmo acredita que o governante está tendo um desempenho negativo em sua gestão, tende a votar na oposição. (KRAMER, 1976) À regra de decisão satisfacionista de Kramer deve ser acrescentado o cálculo prospectivo, expandindo a teoria para a racionalidade plena. Este cálculo pressupõe que os eleitores têm certa expectativa sobre as ações que determinado candidato, uma vez no poder, deverá tomar. Se considerarem que essas ações futuras serão positivas, ele votará neste candidato; caso contrário, vota em outro (Malco, 1999; Lockerbie 1991; Lanue 1994). Neste caso, *a rejeição* de um candidato por qualquer motivo, implica na aceitação do outro, que passa a ser necessariamente o candidato que o eleitor prefere (FIGUEIREDO, 2008, p.90).

Definindo os objetivos com esta pesquisa, nos interessa identificar qual a influencia direta da satisfação com a gestão do prefeito, de sua rejeição e da rejeição ao seu principal adversário na intenção de voto no mandatário. Ou seja, não é objetivo deste trabalho explicar o voto nas capitais, mas apenas o voto no mandatário nestas disputas. Interessa ainda verificar qual é a conexão entre intenção de voto no momento inicial do pleito e a capacidade do candidato prefeito de conseguir compor coligações que lhes proporcionem o aumento da capilaridade e do tempo de televisão – através do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) --, o que seria considerado aqui benefícios indiretos da taxa satisfação com a gestão para o prefeito em uma situação de reeleição.

Este estudo apresenta a análise de disputas eleitorais em nove capitais brasileiras no ano de 2008, contemplando as cinco regiões do país. A amostra busca abordar os três resultados obtidos pelos prefeitos candidatos: não reeleito, reeleito no segundo turno e reeleito no primeiro turno.

#### **Quadro 01 – Capitais Brasileiras – Nove casos analisados**

<b>Capital – Estado</b>	<b>Resultado</b>	<b>Número de eleitores</b>	<b>PIB<sup>3</sup></b>	<b>Região</b>
Manaus – Amazonas	Não reeleito	1.060.442	27,2 bi	<b>Norte</b>
Maceió – Alagoas	Reeleito primeiro turno	1.859.487	6,2 bi	<b>Nordeste</b>
Salvador – Bahia	Reeleito segundo turno	1.737.027	22,1 bi	
Fortaleza – Ceará	Reeleito primeiro turno	1.465.462	19,7 bi	
Goiânia – Goiás	Reeleito primeiro turno	845.321	13,3 bi	<b>Centro-Oeste</b>
São Paulo – São Paulo	Reeleito segundo turno	8.198.282	263,2 bi	<b>Sudeste</b>
Curitiba – Paraná	Reeleito primeiro turno	1.245.505	29,8 bi	<b>Sul</b>
Florianópolis – Santa Catarina	Reeleito segundo turno	301.907	6,2 bi	
Porto Alegre – Rio Grande do Sul	Reeleito segundo turno	1.040.523	27,9 bi	

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/pibmunic2005.pdf>  
[http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/eleicoes\\_2008.htm](http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/eleicoes_2008.htm)

Para a análise dos casos, foram utilizados os bancos de dados gentilmente disponibilizados pelo Instituto Ibope. Trata-se do conjunto de 18 *surveys*, duas pesquisas para cada capital, sendo uma realizada no momento anterior ou inicial da veiculação do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – no mês de agosto - e a segunda rodada de entrevistas realizada aproximadamente após um mês do início da divulgação da propaganda eleitoral, ao final do mês de setembro. O primeiro turno da eleição aconteceu no dia 05 de outubro.

Cabe explicitar mais uma razão que desperta o interesse para a realização desta pesquisa. Jessica Trounstein (2009, p. 611), ao traçar uma perspectiva da Ciência Política nos Estados Unidos, aponta que os estudos de política local têm sido preteridos em seu país nos últimos anos, mas argumenta que eles merecem ser revisitados, na medida em que: a) o nível local é fonte de numerosos resultados políticos importantes para as diferentes esferas de decisão; b) eles podem trazer novos desafios e avanços

---

3 Posição ocupada pelos 100 maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e respectivas Unidades da Federação - 2005

metodológicos; c) a análise do nível municipal pode ampliar e diversificar o escopo de problemas e questões que o foco nacional não pode oferecer.

Com este trabalho, a intenção é estabelecer um acordo com Trounstein e buscar, sobretudo, contribuir para expandir o debate sobre comportamento eleitoral no Brasil, para além das análises sobre as disputas nacionais tão exploradas nas duas últimas décadas. Sabemos, contudo – e felizmente – que não se trata de um movimento isolado. É perceptível que o foco local nos estudos eleitorais vem novamente merecendo a atenção dos cientistas políticos no país.

O artigo está organizado em três partes para além da introdução. A seguir, será apresentada uma discussão da literatura sobre os estudos eleitorais com foco local realizados no Brasil. Neste momento, buscaremos identificar como a teoria da racionalidade foi utilizada nas explicações das disputas municipais. Na segunda parte, o objetivo será apresentar a análise dos dados sobre as eleições nas nove capitais com foco no efeito da avaliação positiva com a gestão local, da rejeição ao prefeito e ao seu principal adversário no voto no mandatário. Será analisada, ainda, a conexão entre avaliação positiva com a gestão e o poder do candidato prefeito de atrair coligações capazes de aumentar a sua capilaridade e tempo de TV, tidos aqui como benefícios indiretos das taxas de satisfação com a administração. Os casos estudados serão agrupados em três, de acordo com o desempenho do candidato prefeito: não reeleito, reeleito no primeiro turno, reeleito no segundo turno. Ao final, apresentaremos as conclusões.

### **1. Poder Local: Aplicação da teoria de comportamento eleitoral em disputas municipais no Brasil**

Esta revisão teórica sobre poder local e decisão do voto inicia-se com uma coletânea publicada ainda na década de 70, com estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil em tempos de sistema bipartidário, que servia para legitimar o regime autoritário. Ao escrevê-la, os cientistas políticos brasileiros propuseram-se a estudar como o eleitor estava “amadurecendo” com o resultado das eleições.

A coletânea *Os partidos e o regime* (REIS, 1978) analisa o comportamento eleitoral nas disputas municipais de 1976. Através de *surveys* realizados em quatro cidades de porte médio- Presidente Prudente (SP), Juiz de Fora (MG), Caxias do Sul (RS) e Niterói (RJ), os artigos tentam explicar o “recado das urnas” diante das

alternativas ARENA (Aliança Renovadora Racional), partido ligado ao regime autoritário e governo federal, por isso situacionista, e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), considerado o “partido dos pobres”, oposicionista ao regime. Os questionários fornecem elementos para uma análise da decisão de votar e de correlatos sócio-econômicos, informacionais e ideológicos, partidários. O caráter municipal das eleições era tido ainda como uma oportunidade de contrapor fatores puramente locais às preocupações mais amplas da política nacional. De acordo com os autores, o presidente Ernesto Geisel tentava dar um caráter plebiscitário às eleições de 1976. Para a presente pesquisa, esses estudos, mesmo não tendo a satisfação do eleitor com a gestão municipal como foco principal, mostram como o morador dessas cidades médias se comportou diante da satisfação tanto com o poder local quanto com a política nacional. Como o sistema era bipartidário, o resultado das urnas pode significar uma resposta ao grau de aprovação com o regime ou a vontade de mudança, tanto em nível local como reflexo da política nacional.

Em Presidente Prudente, eleição analisada por Bolívar Lamounier, o MDB havia saído vitorioso em 1974 (eleições para a Assembléia Estadual e Senado), porém, em 1976, perde para a ARENA no pleito local. Nenhum dos candidatos (dois candidatos da ARENA, sendo um claramente situacionista, e três oposicionistas do MDB) apresentou uma plataforma ou um diagnóstico a respeito dos problemas do município distinto do outro. Todos falavam da necessidade de atrair indústrias, situando aí o problema local de empregos. Todos se referiam à precariedade dos serviços municipais, como conservação de ruas, água, esgoto e iluminação. O discurso dos emedebistas não chegava a ameaçar a ARENA e com isso quem ganha espaço é o empresário Paulo Constantino, que entra em setembro na disputa pela ARENA, e se apresenta como o elemento “modernizador”. Empresário bem-sucedido, dizia querer implantar na prefeitura local os métodos de trabalho que fizeram sucesso em sua vida empresarial. Travou com Antonio Sandoval Neto, homem idoso, três vezes prefeito da cidade, candidato também pela ARENA, a disputa de fato pelo poder local. “Em que pese a declarada intenção do candidato vitorioso Paulo Constantino de fazer uma campanha “à moda da casa”, isto é, sem auxílio das lideranças estaduais e nacionais da ARENA, ou do próprio governo, o fato é que, na véspera da eleição, quase 75% dos entrevistados consideravam ótimo ou bom o governo Geisel; 62% diziam o mesmo sobre Paulo Egydio (governador) e 68% tinham a mesma opinião a respeito do prefeito em exercício, Walter Lemes Soares” (LAMOUNIER, 1978, p. 23). Os dados do survey

realizado em Presidente Prudente sugerem que a ARENA ganharia votos se explorasse mais o apoio dos governos do estado e federal. Mas, do ponto de vista de Constantino, essa associação poderia trazer votos para a legenda, mas não necessariamente para ele.

Lamounier conclui que a vitória de Constantino com 65% dos votos (a ARENA recebeu, no total, 82%) deve-se à capacidade da candidatura de Constantino reter para si a quase totalidade dos votos arenistas e ao mesmo tempo conseguir penetrar nos votos oposicionistas. O que contou nesse município foi a boa construção da imagem de Constantino como o candidato modernizante, que conseguiu neutralizar a diferenciação expressa no survey das clivagens sociais. O MDB, por seu lado, não projetou uma imagem comparável de Sandoval, aproximando por muitas vezes da imagem de Constantino.

Para fechar a análise no efeito da avaliação da gestão municipal na decisão do voto, a pesquisa pergunta ao eleitor sobre a qualidade que percebem do serviço público (água, esgoto, escola, atendimento médico). De acordo com Lamounier, em alguns momentos o eleitor expressa uma opinião difusa, diferente do “eleitor juiz” típico no que se refere à conexão entre a sua decisão do voto e a avaliação que faz da qualidade dos serviços públicos. Os dados encontrados por Lamounier apontam que o percentual de arenistas – eleitores situacionistas - declina sistematicamente se comparados o grupo de moradores que acham os serviços municipais ótimos ou regulares com o grupo daqueles que julgam os serviços como ruim ou péssimo. Até neste momento, tal como era de se esperar, tem-se a atitude de “eleitor juiz” (1978, p.61). No entanto, surpreende o autor, a constatação de que o referido declínio no percentual de arenistas – apoio à situação - não é acentuado quando se passa do grupo de eleitores que avaliam mal o serviço que recebem para os eleitores que sequer têm acesso aos serviços municipais. Ou seja, diferentemente do que se poderia esperar, os eleitores sem acesso ao serviço público não se mostram mais arredios à situação. Na tentativa de explicar tal comportamento, Lamounier supõe que os não atendidos pelos serviços municipais sejam em geral mais pobres do que os insatisfeitos com os serviços que dispõem. A partir deste raciocínio, analisa que:

“A ser correta esta hipótese, confirmar-se-ia que (...) os muito pobres de Presidente Prudente ainda não relacionam sua situação – no caso, os serviços que lhes faltam – com as alternativas oferecidas pelo atual regime partidário. Mantém-se desta forma sua identificação com a Arena, e isto se dá, sem dúvida, por razões variadas. Para uns, o vínculo partidário talvez seja apenas a

“sublimação” de alguma relação de fidelidade pessoal. Para outros, a carência dos serviços municipais talvez se deva a “maus prefeitos” individualmente, e não ao partido; ou, quem sabe, à expectativa de que somente a ARENA, como partido do governo, é que poderá vir um dia a atendê-los, e não o MDB, que sob este aspecto não representaria realmente uma alternativa. (1978, p.63)

Olavo Brasil de Lima Jr. fez a análise da disputa municipal em Niterói no ano de 1976, cabe salientar, que se tratava da primeira eleição para o cargo de prefeito no município desde o início da ditadura. Sendo capital do estado, a cidade contava com eleições apenas para a Câmara dos Vereadores e experimentava uma sequência de governos arenistas ao longo dos anos.<sup>4</sup> Por outro lado, havia a preocupação do MDB em controlar o interior do novo estado do Rio de Janeiro, a partir de Niterói. ARENA e MDB lançaram três candidatos por suas legendas. O candidato vitorioso foi Moreira Franco do MDB com o seu discurso de “Vamos arrumar Niterói”. Ao analisar o impacto das variáveis socio-demográficas no voto, Lima Jr. identificou que considerando o voto para prefeito, quanto mais alta a posição do entrevistado na ocupação profissional e maior a sua renda familiar, maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA, mas quanto maior a escolarização, maior a probabilidade de o entrevistado votar no partido de oposição. (1978, p.114)

Seguindo o roteiro presente nos quatro artigos da coletânea, foi analisada a avaliação dos governos municipal, estadual e federal e o seu efeito no voto. Sobre a administração local foi possível verificar uma forte insatisfação com a gestão dos serviços públicos municipais (água, luz, esgoto, transporte, etc) e que tal percepção influenciou a decisão do voto.

“A avaliação do governo estadual e do municipal discrimina o eleitorado dos partidos, no sentido de que quanto pior a avaliação feita maior a probabilidade de o eleitor preferir o partido de oposição (MDB), tendência igualmente observada na avaliação do governo federal.” (1978, p. 131)

Helgio Trindade e Judson de Cew fazem a avaliação das eleições de 1976 em Caxias do Sul (RS). Na fase bipartidária, Caxias fazia parte do padrão gaúcho de cidades com mais de 40 mil eleitores, onde o MDB tendia a ser o primeiro partido.

---

<sup>4</sup>Com a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, em 1975, Niterói deixou de ser capital de estado.



Porém, com um equilíbrio maior entre o MDB e a ARENA do que nas outras cidades, onde a ARENA cresce sem que o MDB diminua. Os temas abordados pela ARENA em 1976 seguiram uma vinculação entre o governo federal e as esferas municipais. Inclusive questões locais, como esgoto, luz, ruas e calçamento, casas populares, transporte, iluminação pública, escolas, creches, entre outros, trazem essa vinculação. Nas peças publicitárias, lê-se: “Faccioni tem as portas abertas com o presidente Geisel e com o governador Guazzelli para pedir o que Caixas precisa; vale a pena quatro anos de investimento seguro com a garantia dos governos estadual e federal” (TRINDADE, CEW, 1978, p. 175).

As opiniões dos eleitores sobre o governo, os problemas sócio-econômicos, questões gerais ligadas à política são integradas com a identificação partidária. Ou seja, o emedebista tende a votar no candidato emedebista não somente por ser do seu partido mas pelo fato de que esta escolha combina com as orientações dessa pessoa em relação aos problemas. Mas existe uma boa parcela de independentes, ou seja, que não possuem identificação partidária, e para esses outros elementos contribuem para sua escolha de voto. Os problemas econômicos-sociais figuram em primeiro lugar, seguido pelo custo de vida. A opinião sobre o governo aparece em terceiro lugar. Esse grupo constituía-se em uma massa eleitoral potencial para os dois partidos, o fiel da balança, e foi a direção dos independentes que gerou o equilíbrio na disputa entre ARENA e MDB em Caxias.

O contexto eleitoral favoreceu o MDB. Como partido no poder em todos os níveis (prefeitura, governo do estado e presidência), a ARENA dificilmente escapava do ônus político da insatisfação reativa a problemas existentes. “Se havia insatisfação com a inflação ou com o atendimento pelo INPS, com a situação habitacional ou com a qualidade do policiamento em Caxias, esta insatisfação deveria recair sobre o partido governamental e ter conseqüências favoráveis ao MDB (...)” (TRINDADE, CEW, 1978, p. 204).

Fábio Wanderley Reis analisa a eleição em Juiz de Fora em 1976. A vitória do MDB em certos estados e nos grandes centros e o domínio da ARENA nos municípios do interior era um quadro previsto. A pergunta que Reis faz – ao organizar a sua coletânea - é onde se encontra o limite entre os dois mundos: pólo dinâmico e moderno correspondentes às regiões urbanizadas e estrutura clientelista nos municípios do interior. Qual o alcance do inconformismo expresso nos centros urbanos? Levando essas perguntas para o caso de Juiz de Fora, diz que na cidade o MDB teve predomínio

de dez anos (1966-1976), com tendo a fama de inflexível alma oposicionista. Em 1976, porém, a ARENA venceu as eleições municipais.

Reis utiliza quatro baterias de questões para saber a opinião dos entrevistados sobre questões “políticas”, como Ato Institucional nº 5, participação dos militares na vida pública, eleições indiretas, avaliação da capacidade política do “povo”. Cinco outras perguntas serviram para obter a avaliação do entrevistado sobre assistência médica através do INPS, custo de vida, política habitacional do BNH, ensino primário, policiamento. Uma terceira bateria de perguntas indagava sobre a qualidade de serviços básicos no bairro onde o entrevistado morava. A quarta bateria mencionava temas do debate eleitoral daquele ano. Sobre as questões políticas mais gerais, houve fraca correlação entre estas com a identificação partidária. Os serviços locais foram considerados, por todas as classes sociais, no mínimo regulares, com um clima de opinião no qual predominavam as avaliações favoráveis. Contudo, o padrão se modifica quando diz respeito à avaliação da qualidade da assistência médica disponível nos bairros. Tal avaliação negativa cresce também com os níveis crescentes de renda, o que torna esse item singular.

No caso de Juiz de Fora, outro fator pode ter influído para a derrota do MDB: o desgaste de dez anos à frente da administração municipal. “Particularmente tendo em conta que essa reviravolta se dá num contexto em que o clima de opinião nos grandes centros parecia ser crescentemente emedebista, surge naturalmente a hipótese de que ela se deve ao desgaste produzido pelo próprio exercício prolongado da administração municipal “ (REIS, 1978, p. 257). A responsabilidade devida ao poder local por um problema tão sensível, como a assistência médica revela que os indivíduos de classes baixa e média estariam insatisfeitos, mas mostra que os entrevistados das camadas mais altas também relacionam sua opinião sobre o problema da assistência médica com o voto, tendendo a votar no MDB quando satisfeitos e na ARENA quando insatisfeitos.

O desgaste dos dez anos de administração é demonstrado quando se verifica pela pesquisa que o MDB não conta com a maioria sequer relativa das preferências em nenhuma das categorias de renda familiar e na faixa etária. O autor conclui que não é possível concordar com a hipótese de que os setores populares do eleitorado urbano brasileiro formam uma massa amorfa e manipulável. Manifestou-se, em 1976, de forma autônoma diante de diagnósticos feitos da administração municipal, a ponto de tornar um fator importante na definição do voto a assistência médica considerada deficitária. Nos três casos, a taxa de satisfação com a gestão foi tida importante preditor do voto.

Em outro contexto, já com sistema multipartidário e eleições livres, Gláucio Ary Dillon Soares analisa as eleições de 1998 no Distrito Federal, no artigo *Em Busca da Racionalidade Perdida* (2000), citando dos surveys de 1976 realizados no Brasil, do livro organizado por Reis (1978). Diz ser preocupante que as avaliações dos serviços públicos e das políticas públicas, que são características dos níveis estadual e municipal, tenham tido correlações baixas tanto com preferência partidária quanto com intenção de voto no estudo de Reis em outros realizados naquela década. Para Soares, a falta dessa correlação causa baixo *accountability*.

Soares analisa, no artigo, a satisfação do eleitor com os últimos governadores do Distrito Federal. Apesar de ser considerado um estado da Federação, o trabalho de Soares é referido nesse artigo como uma pesquisa de poder local por se tratar de uma unidade administrativa singular, com atribuições específicas de gestão municipal, como trânsito, educação e transporte. Comparando as administrações de Cristovam Buarque e Joaquim Roriz, os eleitores responderam da seguinte forma: 66% acham que Cristovam é o governador que mais fez pela paz no trânsito, mas somente 11% acham que ele é o que mais fez pelos funcionários públicos; do outro lado, 53% acham que Roriz é quem mais fez pela habitação, em contraste com 9% que acham que ele é o que mais fez pelo trânsito. Há áreas, como habitação, educação e trânsito, nas quais a grande maioria dos eleitores se define por um ou outro candidato, mas em outras, como emprego e renda, funcionários públicos e segurança pública, a população não parece estar satisfeita com nenhum dos dois governadores, abrindo espaço para outros candidatos.

“Os dados relativos ao Distrito Federal mostram que os eleitores também diferenciam entre programas e atributos dos governadores, atuais e passados. Contrariamente à ideologia elitista e vanguardista que afirma, contra um mar de dados e de evidências, que os eleitores brasileiros não sabem votar e engolem tudo o que lhes é dito, os dados demonstram que os mesmos eleitores conferem aos dois candidatos altas percentagens em alguns itens e baixas em outros. Eles diferenciam entre uma política pública e outra.” (2000, p. 11).

A pesquisa revelou que a população brasiliense apresentou um alto grau de coerência entre a avaliação das políticas públicas e a intenção de voto. “Não é o que seria de esperar se a teoria de que os brasileiros votam na base de apelos pessoais de

cunho irracional fosse válida, nem se os eleitores respondessem apenas ao carisma do candidato, de forma irracional, sem base avaliativa. Se não relacionassem as políticas públicas ao voto, não haveria associação entre as avaliações e a intenção de voto” (2000, p. 14).

As eleições municipais de 2000 são tema do livro *Estratégia, Mídia e Voto* (SILVEIRA, 2002), que analisa a campanha e o resultado em oito capitais brasileiras. Apesar das especificações de cada cidade, um ponto em comum é a tendência à bipolarização da campanha e o caráter plebiscitário, acentuado pelo mecanismo de eleição em dois turnos e possibilidade de reeleição. Em São Paulo, a marca da eleição foi o antimalufismo, que tem Celso Pitta (PP) como representante, resultando na mudança da prefeitura para as mãos do PT. “A majoritária avaliação negativa da gestão de Celso Pitta parece ter exercido o papel de patamar comum no mapa de orientação dos eleitores, e definiu uma notável dissociação feita entre as intenções de voto malufista e o prefeito anterior” (CHAIA et al., 2002, p. 45).

No Rio de Janeiro, apesar da disputa direta entre César Maia (PTB) e Luiz Paulo Conde (PFL), os dois tiveram dificuldade para demonstrar suas diferenças, já que Conde foi apadrinhado de Maia nas eleições anteriores, ainda como secretário de urbanismo da gestão 1992-1996. Rompidos em 2000, os dois disputavam a autoria de projetos, tentando angariar o alto índice de aprovação das gestão da qual os dois faziam parte. O eleitor carioca parecia satisfeito com a situação da cidade, mesmo identificando carências nos serviços públicos. Os principais problemas apontados – segundo pesquisa Vox Populi – eram a criminalidade (32%), e o atendimento nos hospitais e postos de saúde (23%). Apesar dessas deficiências, a gestão de Conde era bem avaliada no momento pré-eleitoral, com 40% de respostas positivas sobre a imagem do prefeito. “Os eleitores insatisfeitos com o atual prefeito gostariam de eleger um candidato menos preocupado com obras de infra-estrutura e mais voltado para as questões sociais, como saúde, educação e segurança” (FIGUEIREDO, VEIGA, ALDÉ, 2002, p. 54). Conde e Maia foram para a disputa do segundo turno, com a vitória de Maia, por uma diferença de 2,2 pontos percentuais.

Em Belo Horizonte, os adversários do prefeito Célio de Castro (PSB) não colocavam na disputa um projeto antagônico ao apresentado pela administração. A oposição oferecia possibilidades de avanços e não de mudanças. Diante disso, os eleitores optaram por ficar o projeto que conheciam, rejeitando os riscos de troca de governo. Célio não assumiu a condição de franco favorito porque, até o início da

campanha, tinha um porcentual de intenções voto parecido com de seus principais adversários. Durante a campanha, conseguiu aumentar a diferença de intenção de voto (25% até julho, 38% em setembro) e diminuir a rejeição (de 33% para 28% no primeiro turno) – de acordo com Fonte Pesquisa e Análise. “Pesou a favor de Célio o fato de ser prefeito e poder beneficiar-se do voto retrospectivo, já que sua administração era bem avaliada.” (CAMARGOS, 2002, p. 104).

Da mesma forma, em Porto Alegre a administração petista, em 2000 completando 12 anos, era considerada positiva, com 9,17% de respostas ótima e 41,8% de respostas de uma boa administração. Eram superiores à avaliação positiva do governo do estado, administrado pela oposição ao PT na prefeitura da capital (SILVEIRA, 2002). Em Salvador (RUBIM, 2002), Goiânia (PAIVA, KRAUSE, 2002) e Curitiba (CERVI, FUKS, 2002), também é possível relacionar os índices de satisfação do prefeito e a rejeição dele e do principal adversário para explicar o resultado das eleições. Em Salvador, Antônio Imbassahy tem 63% de aprovação de sua gestão um mês antes da eleição e uma média de 50 pontos porcentuais de intenção de voto durante toda a campanha, de acordo com pesquisa Datafolha. Além disso, consegue baixar a rejeição ao seu nome durante a campanha, de 27% em junho para 15% em setembro. Já seu principal adversário, Nelson Pelegrino (PT), termina a campanha com rejeição de 29%.

Em Goiânia, apesar de os dois principais candidatos em disputa não serem de situação, também se verifica a importância do índice de rejeição. O candidato que apresentou o menor índice de rejeição, Pedro Wilson (PT), foi para a disputa com o que apresentou o maior índice de rejeição, Darci Accorsi (PTB). No segundo turno, Wilson tinha 18% de rejeição e Accorsi 45%. Entraram na disputa de segundo turno com diferença de um pouco mais de 6 pontos porcentuais. “Assim, diante desse quadro de menor rejeição e liderança nas pesquisas, não causou surpresa a vitória de Pedro Wilson no segundo turno das eleições” (PAIVA, KRAUSE, 2002, p. 244).

Em Curitiba, o alto índice de aprovação da gestão municipal – 71,4% no primeiro semestre de 2000 – não se converteu em intenções de voto para o prefeito Cássio Taniguchi (PFL), que em maio tinha 42% das intenções de voto, segundo Datafolha, chegando em outubro com 43%. O discurso opositor do PT surtiu efeito, com uma disputa acirrada que foi para o segundo turno conseguindo reverter no início da segunda etapa a intenção de votos a seu favor. O candidato petista, Ângelo Vanhoni, tinha 17% de rejeição, maior apenas que o candidato do PMDB, Forte Neto,

com 15% (Ibope/setembro). Taniguchi tinha 21% de rejeição nesse mesmo período. No segundo turno, Taniguchi consegue diminuir sua rejeição entre os jovens e vence as eleições por uma pequena margem de 3 pontos percentuais (CERVI, FUKS, 2002).

Fátima Anastasia (2009) relaciona a alta satisfação da população com o governo federal ao resultado das eleições municipais de 2008 no Brasil. “A combinação entre o ciclo de crescimento e sustentabilidade da economia e as políticas sociais, principalmente o Bolsa Família, gerou um incremento da popularidade do presidente Lula” (2009, p. 289). Em fevereiro de 2008, ano das eleições municipais, uma pesquisa do Instituto Sensus mostrou que 66,8% dos entrevistados aprovavam o desempenho de Lula e 52,7% avaliavam positivamente o governo. Em dezembro, segundo o mesmo instituto, a taxa de aprovação do presidente atingiu 80,3% e a avaliação positiva do governo foi para 71,1%, índices mais altos da série histórica de investigação que teve início em fevereiro de 2004. Diante desse quadro, segundo Anastasia, os partidos ligados ao governo federal conseguiram angariar tal popularidade para as urnas municipais, ou seja, candidatos a prefeito utilizaram positivamente do apoio do governo federal em suas campanhas, fazendo com que tal apoio fosse revertido em voto. “A disputa de 2008 foi marcada por um massacre do governo sobre a oposição, com a conquista de 71% das prefeituras do país pelos partidos de coalizão governista. A própria oposição --- diante da elevada popularidade de Lula – evitou qualquer tentativa de ‘nacionalizar’ a disputa” (ANASTASIA, 2009, p. 294). O PMDB foi o partido com maior número de candidatos e prefeituras conquistadas.

O PT terminou em primeiro nos municípios com mais de 200.000 eleitores e dividiu a liderança com o PMDB nas capitais. O PSDB ocupou a segunda colocação geral, mas perdeu dos petistas nas cidades maiores. Dos quatro maiores partidos nacionais, o DEM fica muito abaixo dos três primeiros no que se refere a presença nos grandes centros e sendo superado pelo PP no número de prefeituras conquistadas. O DEM conquista, porém, vitória na cidade de São Paulo, onde a candidatura do partido foi apoiada pelo governador do Estado, José Serra, contra um candidato do próprio partido do governador, o PSDB (ANASTASIA, 2009).

As eleições majoritárias em dois turnos geram uma competição eleitoral própria, com maior importância para a montagem de uma coalizão de partidos em torno de uma candidatura majoritária. Como argumenta André Marengo (2009), não se deve negligenciar as diferenças na competição eleitoral em dois turnos. Nessa competição, o tamanho dos partidos e coalizões eleitorais são fatores importantes na competição

durante o primeiro turno, enquanto a avaliação positiva do desempenho governamental pode ser a variável explicativa relevante para o resultado final da competição. “Sob condições de fragmentação eleitoral e elevado número de candidaturas (...), o desafio posto em um primeiro turno consiste em obter a classificação para a disputa final entre os dois candidatos mais votados. Uma condição que favorece a conquista desse objetivo reside na força eleitoral dos partidos que compõe a coalizão de cada candidato” (MARENCO, 2009, p. 69).

O voto majoritário, de acordo com o autor, é o resultado de uma série de fatores, como imagem do candidato, avaliação do desempenho governamental, maior ou menor rejeição. Em 2008, nas eleições majoritárias para Porto Alegre (RS), o governo de José Fogaça (PMDB) à frente da prefeitura de Porto Alegre, era considerado ótimo/bom por 25% dos entrevistados pelo Instituto Vox Populi, em março. Enquanto que aqueles que julgavam a administração ruim/péssima, somavam 32%. No final do primeiro turno (27 de setembro), pesquisa Ibope apontou 46% de avaliação positiva para Fogaça, enquanto a avaliação negativa diminuiu para 20%. “Fogaça incidiu sobre a avaliação positiva de seu próprio governo, melhorando o julgamento feito pelos eleitores, ainda que até o final o eleitor mediano de Porto Alegre continuasse atribuindo-lhe o conceito “regular” (MARENCO, 2009, p. 79)”. As condições que levaram Fogaça à reeleição, de acordo com Marengo foram, além de conseguir melhorar a avaliação do seu governo durante a campanha, a falta de uma competição comparativa feita pelo PT, que perdeu as eleições de 2004 em função do desgaste do partido pelos 16 anos de administração da capital gaúcha. “Em 2008 o PT abriu mão dos trunfos de uma comparação retrospectiva, sujeitando-se aos termos e enquadramento propostos por Fogaça” (MARENCO, 2009, p. 80).

A avaliação positiva da administração também foi considerada fator importante na definição do voto de Florianópolis nas eleições municipais entre 1996 e 2008 (BORBA et al., 2009). “A avaliação de desempenho do governo mostrou ser um forte indicativo de voto. Eleitores que avaliam positivamente os governos tendem a votar na continuidade administrativa; já aqueles que avaliam negativamente, votam na oposição.” (BORBA et al., 2009, p. 97). Em Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), apesar de ter uma avaliação positiva no estado, possuía índices relativamente baixos de popularidade em Florianópolis (em outubro de 2008, obtinha 32% de ótimo ou bom, 34% de regular e 28% de ruim e péssimo). “Talvez por isso é que teve uma

participação inexpressiva na campanha de rádio e TV do candidato do seu partido, o prefeito Dario Berger” (BORBA et al., 2009, p. 98).

O principal adversário do prefeito Berger era Espiridião Amim (PP) que inicia a campanha como favorito, com 29% das intenções de voto (IBOPE), enquanto Berger aparecia com 22%. Com o início da campanha, Berger destaca suas realizações administrativas e na pesquisa de setembro já aparece à frente de Amim nas intenções de voto, com 27%, contra 22% do adversário. O prefeito termina o primeiro turno com 39,8% dos votos e Amim, segundo colocado, com 25,3% dos votos. Vence o segundo turno com 57,6%, contra 42,3% de Amim.

Fazendo um paralelo com a avaliação de governo, os autores mostram que Berger conseguiu melhorar seus índices de bom/ótimo frente à prefeitura. Inicia a campanha com 35% e percebe-se que a intenção de voto em Amim cai na mesma medida que diminui a avaliação negativa da administração municipal. Na segunda pesquisa de setembro, a avaliação positiva do governo municipal chega a 50%. “Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do mandato, o prefeito conseguiu realizar obras de grande impacto para a cidade (...). Tais realizações, que começaram a ser divulgadas durante o HGPE, tiveram impacto imediato nas avaliações de governo e nas intenções de voto, fazendo com que logo no início da campanha estivesse em primeiro lugar nas pesquisas” (BORBA et al., 2009, p. 115).

Os trabalhos apresentados nesta revisão teórica tratam sobre o peso da satisfação com a gestão nas disputas locais e em sua maioria apontam para uma racionalidade entre avaliação positiva da administração e voto na situação – voto retrospectivo - e ainda uma racionalidade no que se refere ao voto prospectivo, depositando o voto no candidato menos rejeitado. A seguir, será analisado, pela perspectiva da teoria da racionalidade, o voto na reeleição do prefeito.

## **2. Análise dos dados**

### **2.1 Satisfação com a administração.**

De acordo com o proposto neste artigo, a avaliação positiva da administração deve ser um forte preditor do voto. Desta forma, devemos esperar que o voto no candidato prefeito esteja fortemente sustentado na avaliação positiva de sua gestão.

Em um primeiro momento, serão apresentados dados descritivos, como as taxas de avaliação positiva das nove administrações analisadas em agosto e em setembro de



2008. Posteriormente, serão expostos os resultados dos cruzamentos entre avaliação positiva da administração e intenção de voto no prefeito e, em seguida, a tabela com os resultados dos testes de significância e de correlação Spearman nos dois momentos. Com isto, o objetivo é identificar como ocorreu a distribuição do voto entre os eleitores satisfeitos com a gestão e qual a correlação entre as duas variáveis.

Por fim, serão mostradas análises a partir de regressões binárias a fim de se verificar até que ponto a intenção de voto no prefeito dependia da variável avaliação positiva com a administração. As regressões binárias serão obtidas dicotomizando as respostas e criando uma variável dependente “dummy”, voto no candidato prefeito - voto em outro<sup>5</sup>.

A análise irá contemplar sempre dois momentos: aquele referente à primeira rodada de survey do mês de agosto nas nove capitais e o aquele referente à última rodada realizada no mês de setembro. Todas as pesquisas se referem exclusivamente ao primeiro turno.

O diagnóstico será organizado de forma a contemplar sempre os três grupos: prefeito reeleitos no primeiro turno (dos municípios de Curitiba, Maceió, Goiânia e Fortaleza), prefeitos reeleitos no segundo turno (das capitais São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Florianópolis) e prefeito não reeleito (o caso de Manaus).

Três dos quatro reeleitos no primeiro turno iniciaram a campanha eleitoral já com avaliação positiva acima de 70% e conseguiram manter tal patamar no decorrer da campanha, não sendo fragilizados pelos eventuais ou frequentes ataques dos adversários ao longo da disputa. O quarto reeleito, exceção neste grupo, foi Fortaleza. Nesta cidade a prefeita começou a disputa com apenas 37% de avaliação positiva de sua gestão entre os eleitores – taxa que representa a metade do desempenho positivo dos demais colegas do PR, AL e GO – ao longo da campanha, ela obteve um acréscimo de 14 pontos de avaliação positiva de sua gestão.

Já os reeleitos no segundo turno iniciaram a disputa com a taxa de avaliação positiva fluando de 26% a 38% e conseguiram aumentar a mesma para o patamar de 44% a 50% ao longo do primeiro turno. É preciso constatar, no entanto, que os 51% de avaliação positiva com a gestão foi capaz de reeleger a prefeita Luiziane em Fortaleza, ainda no primeiro turno, ao mesmo tempo em que 50% de satisfação com a gestão não foi capaz de reeleger Dário Berger ainda no primeiro turno em Florianópolis.

---

<sup>5</sup> As respostas: não sabe, vota branco, vota nulo foram tratadas como missing.

O prefeito de Manaus permaneceu com as mais baixas taxas de avaliação positiva em relação a seus pares, no primeiro e segundo momento desta pesquisa. Ainda que o mesmo tenha conseguido aumentar em 14 pontos a avaliação positiva de sua gestão, ainda assim alcançou apenas o patamar de 33% ao longo do período avaliado.

**Tabela 02: Satisfação com a administração**

Nome da capital	Grau de satisfação com a administração Agosto	Grau de satisfação com a administração Setembro
Curitiba	77%	82%
Maceió	76%	83%
Goiânia	74%	73%
Porto Alegre	38%	44%
Fortaleza	37%	51%
Florianópolis	35%	50%
São Paulo	32%	46%
Salvador	20%	26%
Manaus	19%	33%

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

Em seguida, é feita a mensuração como a satisfação com a administração estava de fato vinculada com o voto no prefeito, o que se busca explicar neste artigo. De acordo com o marco teórico utilizado, haveria um forte laço entre as duas variáveis. Abaixo, a tabela 03 apresenta quantos dos eleitores que avaliavam bem a prefeitura demonstravam intenção de voto no mandatário e, em seguida, tem-se a tabela 04 com os resultados dos testes de significância e de correlação Spearman nos dois momentos.

Constata-se que o grupo de prefeitos reeleitos no primeiro turno não apenas contava com taxas de avaliação positiva da gestão mais altas do que os demais como também demonstrava mais sucesso em reverter a satisfação com a prefeitura em voto para o mandatário. O campeão neste quesito foi o prefeito de Maceió, que contava com uma das mais altas taxas de avaliação positiva de sua gestão (76 % em agosto e 83% em setembro) e dentre os eleitores satisfeitos com a administração conseguia obter as mais altas taxas de conversão para o voto em si mesmo (93,7% em agosto e 94,5% em setembro).

No caso de Fortaleza – que se difere a todo momento das demais três cidades que tiveram o prefeito reeleito no primeiro turno – a prefeita obtinha ao final do primeiro turno a taxa de 51% de avaliação positiva, como já mencionamos, resultado

muito próximo do obtido pelo prefeito de Florianópolis, 50%. No entanto, constata-se que Luiziane obtinha 80% das intenções de voto entre aqueles que avaliavam positivamente a sua gestão na véspera do pleito do primeiro turno, enquanto Dário Berger obtinha 63,3%.

No que se refere aos prefeitos reeleitos no segundo turno, é verificável que além de terem aumentado a taxa de avaliação positiva com a sua gestão entre os eleitores, fortaleceram o vínculo entre tal taxa e a intenção de voto no mandatário. Em São Paulo, em agosto, apenas 24,8% daqueles que avaliavam bem a gestão de Gilberto Kassab votavam no prefeito. Já em setembro, 43,8% dos satisfeitos com a gestão manifestavam intenção de votar em Kassab. Variações semelhantes foram encontradas no caso de Salvador e Florianópolis. Em Porto Alegre, já era verificável uma forte associação entre avaliação positiva da gestão e voto no prefeito desde o primeiro momento, 70% dos eleitores satisfeitos com a administração demonstravam intenção de voto no prefeito em agosto.

O prefeito de Manaus, além de apresentar baixa taxa de avaliação positiva de sua gestão, possuía ainda a menor adesão para o voto entre aqueles eleitores satisfeitos.

**Tabela 03 - Eleitores que avaliam de maneira positiva a gestão municipal X intenção de voto no prefeito**

	% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e votam no prefeito Agosto	% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e NÃO Votam no prefeito Agosto	% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e votam no prefeito Setembro	% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e NÃO Votam no prefeito Setembro
Curitiba	87,3%	12,7%	86,9%	13,1%
Maceió	93,7%	6,3%	94,5%	5,5%
Goiânia	90,3%	9,7%	86,6%	13,4%
Porto Alegre	70,8%	29,2%	68,5%	31,5%
Fortaleza	62,8%	37,2%	80,0%	20,0%
Florianópolis	54,1%	45,9%	63,3%	36,7%
São Paulo	24,8%	75,2%	43,8%	56,2%
Salvador	49,5%	50,5%	64,2%	35,8%
Manaus	39,2%	60,8%	40,7%	59,3%

Fonte: Banco de dados Ibope – 2008

A racionalidade do voto pode ser avaliada a partir da mensuração da consistência interna entre avaliação positiva da administração e intenção de voto no prefeito, advinda do cálculo de correlação entre as variáveis. Destaca-se que entre os

prefeitos reeleitos no primeiro turno – e que contavam com mais de 70% de aprovação de sua gestão – o coeficiente de correlação variou em termos de 0,400, apontando para uma consistência interna moderada. A intenção de voto em Luiziane - prefeita de Fortaleza, também eleita no primeiro turno, mas que contava com um patamar mais baixo de aprovação de sua gestão do que os demais colegas, que saíram vitoriosos no primeiro turno - estava mais fortemente correlacionada com a avaliação positiva de sua gestão (,610 em agosto e , 490 em setembro). A intenção de voto em José Henrique era aquela mais fortemente relacionada à satisfação com gestão.

**Tabela 04 – Teste de Correlação –  
Eleitores que avaliam positivamente a gestão municipal X  
intenção de voto no prefeito**

	Agosto		Setembro	
	Speaman Correlation	Sig.	Speaman Correlation	Sig.
Curitiba	0,403	0,000	0,434	0,000
Maceió	0,484	0,000	0,343	0,000
Goiânia	0,443	0,000	0,457	0,000
Porto Alegre	0,684	0,000	0,605	0,000
Fortaleza	0,610	0,000	0,490,	0,000
Florianópolis	0,533	0,000	0,499	0,000
São Paulo	0,354	0,000	0,375	0,000
Salvador	0,363	0,000	0,679	0,000
Manaus	0,556	0,000	0,461	0,000

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

Como já foi mencionado anteriormente, de acordo com a teoria utilizada neste artigo, a expectativa é que os eleitores ajam como “juizes”, votando na situação quando satisfeitos com a administração. Porém, alguns desses eleitores poderiam, mesmo avaliando de maneira positiva a gestão, ainda assim votarem na oposição. Da mesma forma que um eleitor insatisfeito poderia votar no candidato prefeito. Neste caso, a explicação para o voto não estaria baseada apenas na avaliação retrospectiva realizada pelo eleitor, mas também em sua avaliação prospectiva. Ao vislumbrar o mundo futuro, a rejeição aos candidatos teria um papel importante. O eleitor votaria no candidato que não rejeita ou rejeita menos. Desta forma, se faz necessário ainda avaliar a taxa de rejeição ao prefeito e a taxa de rejeição ao seu principal adversário.

## **2.2 A Rejeição do Prefeito e a de seu Principal Adversário.**

Novamente, em um primeiro momento serão apresentados dados descritivos, com informações sobre as taxas de rejeição do prefeito e de seu principal adversário nas nove administrações analisadas em agosto e setembro de 2008.

Sobre o grupo de prefeitos reeleitos no primeiro turno, constata-se que os mandatários de Curitiba, Maceió e Goiânia mais uma vez são os que apresentam os melhores desempenhos também no que se refere à imagem pessoal, pois os três possuem as mais baixas taxas de rejeição do conjunto nos dois momentos. Ademais são os que possuem mais vantagem no comparativo de sua taxa de rejeição com a do principal adversário (Tabela 05).

O caso da prefeita de Fortaleza mais uma vez merece ser analisado separadamente. Luiziane iniciou a campanha com números que a aproximavam mais dos candidatos que poderiam ser reeleitos no segundo turno, mas ao longo do primeiro turno conseguiu avançar em todos os quesitos típicos da corrente de explicação do voto satisfacionista, aproximando-se dos desempenhos dos candidatos que venceram no primeiro turno e obtendo o mesmo resultado. A avaliação positiva com a gestão cresceu em 14 pontos no período analisado, o número de eleitores com avaliação positiva da administração e que votavam em Luiziane avançou atingindo o patamar de 80% , e a rejeição da prefeita foi reduzida de 23% para 14% , enquanto a rejeição ao seu adversário subiu de 15 para 18% entre os eleitores.

Já o grupo de prefeitos reeleitos no segundo turno inicia a disputa com taxa de rejeição próxima de 27% como é o caso do desempenho de Gilberto Kassab (São Paulo), José Fogaça (Porto Alegre) e Dário Berger (Florianópolis). No entanto, tal taxa chegava a 39% no caso de José Henrique, em Salvador. No decorrer do primeiro turno, os prefeitos de São Paulo e de Florianópolis reduziram a sua rejeição a ponto de chegarem a uma situação de vantagem em relação ao desempenho de seus principais adversários neste quesito em final de setembro. Já os prefeitos de Porto Alegre e de Salvador permaneceram com taxas de rejeição maiores do que as de seus principais desafiantes.

O prefeito de Manaus apresentava as mais altas taxas de rejeição nos dois períodos (50% e 46%) e o saldo de rejeição muito desfavorável para sua candidatura.

**Tabela 05 – Rejeição ao prefeito, rejeição ao seu principal adversário e saldo de rejeição nas nove capitais.**

Nome da capital	Rejeição Prefeito Agosto	Rejeição Adversário Agosto	Saldo Rejeição Agosto	Rejeição Prefeito Setembro	Rejeição Adversário Setembro	Saldo Rejeição Setembro
Curitiba	7%	20%	-13%	7%	22%	- 15%
Maceió	6%	39%	- 33%	8%	41%	- 33%
Goiânia	12%	33%	-11%	14%	31%	- 17%
Porto Alegre	27%	18%	9%	23%	16%	7%
Fortaleza	23%	15%	8%	14%	18%	- 4%
Florianópolis	29%	25%	4%	26%	28%	- 2%
São Paulo	27%	27%	0%	24%	32%	- 8%
Salvador	39%	25%	14%	18 %	6%	12%
Manaus	50%	16%	34%	46%	22%	24%

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

As tabelas abaixo buscam identificar, primeiramente, o número de eleitores que rejeitavam o principal adversário do prefeito e votavam na reeleição do mandatário em agosto e em setembro (Tabela 06). Cabe notar que os prefeitos que conseguiram se reeleger ainda no primeiro turno foram mais capazes de angariar os eleitores que rejeitavam o seu principal adversário do que os demais. José Henrique encontrou dificuldades de conseguir votos entre aqueles que rejeitavam o seu principal adversário, como mostra a tabela abaixo. No entanto, o candidato foi capaz de canalizar 60% das intenções de voto entre os eleitores que rejeitavam o candidato em terceiro lugar na disputa da capital da Bahia, Antônio Carlos Neto.

Nota-se que a correlação entre as duas variáveis – rejeição ao principal adversário e intenção de voto no mandatário - é mais fraca em todos os casos do que o cálculo da correlação entre avaliação positiva da gestão e voto no prefeito. Em Fortaleza e Manaus, a rejeição ao principal adversário parece ter sido um pouco mais importante para a intenção de voto no candidatos prefeitos do que nas demais cidades (Tabela 07).

**Tabela 06: Rejeição ao principal adversário X variável intenção de voto no prefeito**

	% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam no prefeito	% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam em outros	% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam no prefeito	% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam no prefeito
	Agosto	Agosto	Setembro	Setembro
Curitiba	97,6%	2,4%	98,4%	1,6%
Maceió	97,6%	2,4%	96,4%	3,6%
Goiânia	95,5%	4,5%	97,1%	2,9%
Porto Alegre	71,2%	28,8%	60,7%	39,3
Fortaleza	75,0%	25,0%	84,2%	15,8%
Florianópolis	54,9%	45,1%	53,4%	46,6%
São Paulo	20,1%	79,9%	43,8%	56,2%
Salvador	18,6%	81,4%	20,0%	80,0%
Manaus	39,8%	60,2%	41,3%	58,7%

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

**Tabela 07 - Teste de Correlação**  
**Eleitores que rejeitam o principal adversário do prefeito X**  
**intenção de voto no prefeito**

	Agosto		Setembro	
	Spearman Correlation	Sig.	Spearman Correlation	Sig.
Curitiba	0,248	0,000	0,256	0,000
Maceió	0,212	0,000	0,184	0,000
Goiânia	0,226	0,000	0,272	0,000
Porto Alegre	0,251	0,000	0,178	0,000
Fortaleza	0,379	0,000	0,335	0,000
Florianópolis	0,281	0,000	0,146	0,000
São Paulo	0,193	0,000	0,204	0,000
Salvador	-	0,909 (n.s)	-0,024	0,000
Manaus		0,000		0,000

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

Por fim, foram feitas regressões binárias a fim de se verificar até que ponto a intenção de voto no prefeito dependia da variável avaliação positiva com a administração, da rejeição ao prefeito e da rejeição ao principal adversário. As regressões foram obtidas dicotomizando as respostas e criando uma variável dependente “dummy”, voto no candidato prefeito- voto em outro.

A partir das tabelas abaixo foi possível identificar que a avaliação positiva com a gestão era capaz de explicar o voto no prefeito em sete das nove capitais em agosto e

em oito delas em setembro. A intenção de voto em Cícero Almeida ao longo do período – considerando as variáveis que foram utilizadas nesta pesquisa - não era explicada pela avaliação positiva com sua gestão, mas apenas pela rejeição ao principal adversário, atitude que uma vez presente, apresentava um EXP(B) DE 4,11. Já entre os demais prefeitos que conseguiram se reeleger ainda no primeiro turno, a avaliação positiva da administração ajudava a explicar o voto nos mesmos. Avaliar positivamente a prefeitura aumentava em 19,6 em agosto e em 7,17 vezes em setembro as chances de votar em Beto Richa (Curitiba); em 29,18 em agosto e em 3,74 vezes em setembro as chances de votar em Iris Rezende (Goiânia); e em 19,98 em agosto e em 8,25 vezes em setembro as chances de votar em Luiziane (Fortaleza).

No caso de Florianópolis, a rejeição ao principal adversário – Esperidião Amin - foi a única variável dentre as controladas neste estudo capaz de explicar o voto no prefeito Dário Berger em agosto. Já em setembro, avaliar bem a gestão municipal fez aumentar em 15,06 vezes as chances de votar na reeleição do prefeito. Nas demais cidades em que o prefeito foi reeleito no segundo turno, a avaliação positiva da gestão explicava o voto nos mandatários em agosto e em setembro.

**Tabela 08: Variável dependente: Intenção de voto no prefeito em agosto.**

Nome da capital	Avaliação positiva da administração prefeito			Rejeição do PREFEITO			Rejeição do principal adversário		
	Sig	Exp (B)	B	Sig	Exp (B)	B	Sig	Exp (B)	B
Curitiba	0,001	19,617	2,976	n.s	-	-	0,006	8,029	2,083
Maceió	n.s	-	-	n.s	-	-	0,028	4,119	1,416
Goiânia	0,004	29,182	3,374	n.s	-	-	0,037	4,780	1,566
Porto Alegre	0,000	100,551	4,611	n.s	-	-	n.s	-	-
Fortaleza	0,000	19,980	2,995	n.s	-	-	0,000	4,938	1,597
Florianópolis	n.s	-	-	n.s	-	-	0,019	2,501	0,917
São Paulo	0,015	3,798	1,334	n.s	-	-	n.s	-	-
Salvador	0,000	4,677	1,543	n.s	-	-	n.s	-	-
Manaus	0,000	64,766	4,171	0,039	0,016	-2,243	0,011	3,246	1,177

Fonte: Banco de dados Ibope – 2008



**Tabela 09: Variável dependente: Intenção de voto no prefeito em setembro.**

Nome da capital	Avaliação positiva da administração prefeito			Rejeição do PREFEITO			Rejeição do principal adversário		
	Sig	Exp (B)	B	Sig	Exp (B)	B	Sig	Exp (B)	B
Curitiba	0,000	7,188	1,972	,000	0,090	-2,410	0,000	17,045	2, 836
Maceió	n.s	-	-	n.s	-	-	0,033	3,296	1,193
Goiânia	0,000	3,744	1,320	n.s	-	-	0,007	5,288	1,665
Porto Alegre	0,000	32,848	3,492	,000	0,038	-3,274	0,007	2,553	0,937
Fortaleza	0,000	8,250	2,110	n.s	-	-	0,003	2,357	0,856
Florianópolis	0,000	15,066	2,712	,001	0,169	-1,779	0,000	0,102	0,648
São Paulo	0,000	11,833	2,471	,014	0,215	-1,539	0,007	0,057	0,519
Salvador	0,000	105,096	4,655	n.s	-	-	n.s	-	-
Manaus	0,000	11,649	2,455	n.s	-	-	,001	2,720	1,001

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

### 2.3 Efeito indireto da avaliação positiva da gestão.

Neste estudo, propomos que o efeito da avaliação positiva com a gestão não acontece apenas de maneira direta, mas também de maneira indireta. Isto quer dizer, a taxa mais alta de avaliação positiva com a administração despertaria entre os partidos um forte incentivo para a formação de coalização eleitoral com o prefeito em sua disputa pela reeleição. Decorrem da composição de uma forte coligação dois fatores tidos como importantes em um pleito municipal: maior capilaridade e mais tempo para veiculação de programa de televisão.

Desta forma, a nossa hipótese é que prefeitos com gestões bem avaliadas no momento que antecede à campanha tendem a formar coligações mais fortes – que podem ser medidas pelo tamanho de sua capilaridade – e dispõe de mais tempo de televisão. A capilaridade está sendo mensurada pela porcentagem de eleitos para a Câmara dos Vereadores em 2004 pelos partidos que fizeram parte da coligação para prefeito em 2008. Ou seja, a capilaridade está associada ao número de vereadores eleitos e ao número de votos que a coligação conseguiu levantar no pleito legislativo anterior.

Os prefeitos de Curitiba, Maceió e Goiânia – sendo muito bem avaliados no momento anterior ao pleito – conseguiram fazer coligações que asseguraram desde o primeiro momento as mais altas taxas de capilaridade e mais tempo de horário eleitoral do que os seus pares. Destaca-se que a prefeita de Fortaleza – também vencedora no

primeiro turno – conseguiu 60,98% de taxa de capilaridade, a despeito de iniciar a disputa com 37% . Para esse caso havia ainda uma forte associação dos governos federal, estadual e local. Obteve ainda, em decorrência da ampla aliança fechada com 12 partidos, 34% do tempo de televisão. Com esta articulação, Luiziane obteve praticamente o dobro de tempo de seus principais adversários Patrícia Saboya (PDT) e Moroni (DEM), estes com aproximadamente 05 minutos e a prefeita com 10 min e 09 segundos por horário eleitoral.

Entre os candidatos prefeitos que disputaram à reeleição no segundo turno, destacam-se o baixo desempenho dos mandatários de Florianópolis e de São Paulo em conseguirem formar coligações de maneira mais ampla. No caso de São Paulo, é preciso ressaltar que os números oficiais não refletiam a realidade da disputa da prefeitura. No referido pleito, tal como vastamente noticiado na imprensa nacional, o governador José Serra (PSDB) agiu nos bastidores para alavancar apoio para a reeleição do prefeito, ainda que o PSDB tivesse um candidato próprio - Geraldo Alckmin. Desta forma, o número apresentado abaixo não reflete o apoio real do PSDB. Os prefeitos de Porto Alegre e de Salvador contaram com aproximadamente 40% de capilaridade, demonstrando em ambos os casos relativa força na política local, que certamente foram acrescidas no segundo turno e indispensáveis para a superação e vitória dos mesmos. Serafim Correa de Manaus contou com baixa capilaridade ao disputar o pleito.

**Tabela 10 – Avaliação positiva com a gestão, capilaridade e tempo de televisão na campanha do prefeito candidato.**

<b>Capital</b>	<b>Avaliação positiva da administração</b>	<b>Nº de partidos coligação prefeito</b>	<b>Capilaridade (% do total)</b>	<b>Tempo de HGPE em segundos</b>	<b>% geral do total HGPE</b>
Curitiba	77%	11	65,79%	706 s	37 %
Maceió	76%	16	61,90%	565 s	30%
Goiânia	74%	14	42,86%	739 s	40%
Porto Alegre	38%	4	38,89%	393 s	20%
Florianópolis	35%	8	12,50%	448s	24%
São Paulo	32%	6	21,82%	524 s	27%
Fortaleza	37%	12	60,98%	609s	34%
Salvador	26%	9	39,02%	567s	30%
Manaus	19%	5	23,68%	548 s	29%

Fonte: TSE e Banco de dados Ibope - 2008

## Conclusões

Ao longo deste artigo buscou-se identificar o impacto da avaliação positiva com a administração municipal na intenção de voto do candidato prefeito. Para isto foi feito um estudo comparativo sobre a disputa municipal de 2008, em nove capitais brasileiras.

Sobre os prefeitos que se reelegeram ainda no primeiro turno da disputa verificou-se que ao final do primeiro turno, todos possuíam mais de 50% de aprovação de sua gestão, conseguiam angariar mais de 80% de intenção de voto entre os eleitores que avaliavam bem o governo local e tinham uma taxa de rejeição inferior à taxa de rejeição de seu principal adversário, aquele com quem disputou o segundo turno. Estes políticos ainda agregaram coligações partidárias que lhes garantiram aproximadamente 60% de taxa de capilaridade (porcentagem de vereadores eleitos em 2004 pelos partidos coligados na reeleição do prefeito em 2008) e vasta vantagem no que se refere a tempo de veiculação de propaganda na televisão em comparação com os demais candidatos. O coeficiente de correlação entre a avaliação da prefeitura e intenção de voto no prefeito apontou para uma força moderada variando entre 0,403 e 0,610 em agosto e 0,340 a 0,490 em setembro. Já a partir da regressão binária foi possível verificar o peso das variáveis na decisão do voto no prefeito. A avaliação positiva da administração ajudava a explicar o voto nos prefeitos reeleitos ainda no primeiro turno. Avaliar positivamente a prefeitura aumentava em 19,6 em agosto e em 7,17 vezes em setembro as chances de votar em Beto Richa (Curitiba); em 29,18 em agosto e em 3,74 vezes em setembro as chances de votar em Iris Rezende (Goiânia); e em 19,98 em agosto e em 8,25 vezes em setembro as chances de votar em Luiziane (Fortaleza). Exceção para o caso de Maceió, onde a intenção de voto em Cícero Almeida – considerando as variáveis que foram utilizadas nesta pesquisa - não era explicada pela avaliação positiva com sua gestão, mas apenas pela rejeição ao principal adversário.

Já os prefeitos que se reelegeram no segundo turno contavam aproximadamente com 40% de avaliação positiva com a sua gestão, ainda no final do primeiro turno. Entre os eleitores que aprovavam a administração, os prefeitos alcançaram ao menos 43% da intenção de voto. Nestes casos foram identificadas taxas mais altas de correção entre avaliação positiva da gestão e intenção de voto no prefeito, em Salvador, aonde em setembro, a correlação entre as duas variáveis chegou ao patamar de 0,690, por exemplo.

Ademais, de modo geral, estes mandatários possuíam alta taxa de rejeição no início da disputa, mas ao longo da mesma, paralelamente ao crescimento da avaliação positiva da gestão, a mesma era reduzida. A tendência ao final do primeiro turno era o prefeito candidato contar com menos rejeição junto ao eleitorado do que o seu principal adversário. O teste de correção entre rejeição ao principal adversário do prefeito e voto no prefeito apontavam para uma consistência significativa entre as duas variáveis, mas com um vínculo mais fraco do que aquele presente na correlação entre avaliação positiva da administração, não passando de 0,280.

Já o prefeito de Manaus – que não se reelegeu – apresentou baixas taxas de avaliação positiva da gestão (ainda que tenha se elevado de 19% em agosto para 33% em setembro), alcançou menos da metade das intenções de votos entre os eleitores que aprovavam administração (próximo de 40%) e contava com uma rejeição expressivamente maior do que a de seu adversário, com uma diferença de 24 pontos.

Cabe ressaltar, no entanto, que dois casos neste estudo comparativo fugiram do padrão: Salvador e Porto Alegre. O prefeito de Salvador foi aquele que contava com a mais baixa taxa de aprovação de sua gestão, 20% em agosto e 26% em setembro; sua rejeição superava a de seu adversário em 12 pontos em setembro e, ainda assim, ao disputar o segundo turno foi reeleito. Situação semelhante acontece com o prefeito de Porto Alegre. Ou seja, o que se verifica é que esta pesquisa poderia ter sido dividida ainda não em três, mas em quatro grupos: a) prefeitos reeleitos no primeiro turno; b) prefeitos reeleitos no segundo turno, mas que conseguiram ajustar os índices de satisfação com a prefeitura e rejeição de si e do seu principal adversário ainda no primeiro turno; c) prefeitos reeleitos no segundo turno, que não conseguiram ajustar os índices de satisfação com a prefeitura e rejeição de si e do seu principal adversário no primeiro turno, levando tal pendência ainda para o final da disputa; d) não reeleitos.

Por fim, sabemos que um dos desafios de se trabalhar com política local são suas particularidades. Este estudo comparativo trouxe como contribuição apresentar uma visão panorâmica do que aconteceu nos pleitos municipais de 2008 no que se refere aos determinantes da teoria da racionalidade no voto para a reeleição do prefeito, no entanto, não foi capaz de esmiuçar as particularidades municipais, que deve ser objeto de pesquisas com estudos de casos. Nestes estudos de casos, deve-se ainda buscar analisar o processo eleitoral de maneira mais ampla, contemplando também as particularidades de disputas em sistemas multipartidários. Avançar a pesquisa sobre

comportamento eleitoral racional em disputas municipais em sistemas multipartidários nos motivará outros estudos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIA, Fátima, **Brasil, Dos décadas de democracia**, Revista de Ciencia Política, vol.29, n° 2, Santiago, 2009. p. 275 – 300.

BORBA, Julian, et al., A eleição de 2008 para prefeito em Florianópolis, in BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Dejalma (org), **Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral Brasileiro**. Ijuí, Editora Unijuí, 2009. p. 83-118.

CAMARGOS. Malco. **Do bolso as urnas - A influência da economia na escolha entre Fernando Henrique e Lula nas eleições de 1998**. Orientador: Marcus Faria Figueiredo. Dissertação (mestrado) – IUPERJ, 1999.

CAMARGOS, Malcon, Belo Horizonte: a manutenção do status quo, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 91- 120.

CERVI, E, FUKS, M, Curitiba: a disputa plebiscitária, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 263- 294.

CHAIA, Vera et al. São Paulo: embate partidário, mídia e comportamento eleitoral, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 17 – 48.

FIGUEIREDO, Marcus. **A Decisão do Voto**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

FIGUEIREDO, M, VEIGA, L F, ALDE, A, Rio de Janeiro: César versus Conde e a nova política Carioca, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 49- 90.

LAMOUNIER, Bolívar, Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista, in REIS, Fábio Wanderley (org.), **Os partidos e o regime**, São Paulo, Símbolo, 1978. p 1-86.

LIMA JR., Olavo Brasil de, Articulação de Interesses, Posição Sócio-econômica e Ideologia: As eleições de 1976 em Niterói, in REIS, Fábio Wanderley (org.), **Os partidos e o regime**, São Paulo, Símbolo, 1978. p 91- 144.

MARENCO, André, O voto em dois tempos: Notas sobre as eleições 2008 em Porto Alegre, in BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Dejalma (org), **Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral Brasileiro**. Ijuí, Editora Unijuí, 2009. p. 67-82.

PAIVA, D, KRAUSE, S., Goiânia: voto partidário ou voto pela ética na política, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 227-262.

REIS, Fábio Wanderley (org), **Os partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo, Símbolo, 1978.

RUBIN, Antonio Albino, Salvador: a permanência da hegemonia carlista, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p 173- 226.

SOARES, Glaucio Ary Dillon, **Em busca da racionalidade perdida**. Revista Brasileira de ciências Sociais, vol 15, nº 43, 2000.

SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002.

TRINDADE, Hélió e CEW, Judson de, Confrontação política e decisão eleitoral: as eleições municipais de 1976 em Caxias do Sul, in REIS, Fábio Wanderley (org.), **Os partidos e o regime**, São Paulo, Símbolo, 1978. p. 45-211.

TROUNSTINE, Jéssica. All Politics is Local: The Reemergence of the Study of City Politics. *Perspectives on Politics*. American Political Science Association, volume 7, number 3, September, 2009. p.611